

Corpo, cultura e poder: disputa por sentido a partir dos dispositivos de gênero e sexualidade

ANTONIO CARLOS SARDINHA

IVO PANTOJA

Resumo

Com o propósito de identificar percepções e contradições que estruturam a ação discursiva que disputa sentidos em torno do corpo, gênero e sexualidade, a partir das referências conceituais oriundas da teoria queer. Por meio de observação das páginas de ativismo digital gay, destacamos três eixos centrais que organizam a agenda política de disputas, os enfrentamentos, as contradições e a constituição dos discursos que normalizam e hierarquizam corpos marcados por gêneros que enfrentam a tríade compulsória sexo-gênero-desejo.

Palavras-chave: Ativismo Gay. Corpo. Cultura. Homossexualidade. Dissidências.



Body, culture and power: a dispute for meaning from the devices of gender and sexuality

Abstract

The proposal to identify perceptions and contradictions that structure the discursive action that disputes meanings around the body, gender and sexuality, based on conceptual references from the Queer Theory. Through observation of the gay digital activism pages, we highlight three central axes that organize the political agenda of disputes, the confrontations, the contradictions and the constitution of the speeches that normalize and hierarchize bodies marked by genders that face the compulsory triad sex-gender-desire.

Keywords: Gay activism. Body. Culture. Homosexuality. Dissidences.

ANTONIO CARLOS SARDINHA

Doutor em Comunicação. Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá. Docente do Curso de Especialização em Estudos Culturais e Políticas Públicas e líder do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Políticas Públicas (CNPq/Unifap).

IVO PANTOJA

Jornalista. Especialista em Estudos Culturais e Políticas Públicas. Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Políticas Públicas (CNPq/Unifap).

RECEBIDO: 30/11/2020

APROVADO: 22/03/2021

1 Introdução

A ação ativista em espaços virtuais é um espaço de observação para compreensão das contradições e embates nas tentativas de agendamento e politização do debate envolvendo gênero e sexualidade no interior do ativismo gay. As contradições que permeiam as percepções em torno dos sistemas classificatórios que marcam e significam os corpos a partir de uma dada política sexual constituída e reproduzida por instituições sociais diversas, são elementos a serem considerados nos próprios espaços de ação política de homossexuais.

A reprodução de modelos classificatórios pautados em gênero e sexualidade como dispositivos capazes de produzir inteligibilidade para a existência dos corpos a partir de um modelo classificado como heteronormativo, naturaliza uma perspectiva essencialista para as expressões de gênero e desejo, tendo o corpo como matriz que aprisiona e condiciona em um modelo compulsório as diversas possibilidades e expressões de gênero e desejo a uma norma binária. Nessa constituição de corpos normais e abjetos estão discursos que relacionam poder e saber para dar inteligibilidade a esse sistema que tem o gênero e a sexualidade como dispositivos de gestão dos corpos e das subjetividades, discursos esses reproduzidos por sujeitos que, contraditoriamente, estão às margens do sistema heteronormativo. Essa perspectiva orientou nossa abordagem e observação a três páginas de ativismo gay na rede social Facebook com a proposta de identificar percepções e contradições que estruturam a ação discursiva que disputa sentidos em torno do corpo, gênero e sexualidade a partir das referências conceituais oriundas da teoria *queer*.

Destacamos como a reprodução de um padrão heteronormativo fundamentado na cisgeneridade estrutura uma ação ativista que reitera as perspectivas de assujeitamento de corpos dissidentes, destacadamente corpos transexuais, ao sistema de poder pautado no essencialismo biológico e na tríade compulsória baseada no sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2015), como discursos potentes de normatização de corpos com base em heteroterrorismo, expressão usada por Bento (2008) para situar enunciados que buscam manter uma dada ordem de gênero.

O artigo está dividido em duas partes. Em um primeiro momento, apontamos as referências conceituais que contribuem para problematizar os dados empíricos coletados por meio da observação de três páginas de ativismo gay na rede social Facebook. Em um segundo momento, apontamos, a partir de delineamento da metodologia, as principais inferências envolvendo a percepção presente nos discursos que circulam no espaço virtual de ativismo de cada página analisada sobre corpo, gênero e sexualidade, destacando as contradições que envolvem a disputa simbólica pelos corpos no interior de espaços de politização e debate das questões envolvendo gênero e sexualidade entre homossexuais.

2 Considerações conceituais

Para efeitos de abordagem conceitual, partimos das perspectivas dos estudos *queer* (MISKOLCI, 2009; 2011; 2017; PELÚCIO, 2009; 2014; LOURO, 2018; 2001), configurados como um movimento de natureza acadêmica com escopo em espaços de ações coletivas que pautam e politizam agendas ligadas a configuração de gênero e sexualidade em contexto de gestão dos corpos como territórios culturalmente disputados, a partir de dispositivos inseridos em disputas na esfera pública que envolvem projetos societários mais amplos.

Em uma tentativa de síntese, a crítica sob a perspectiva *queer* concentra-se na estratégica tentativa de normalização de corpos a partir de um padrão hegemônico de matriz heteronormativa gerido sob dispositivos distintos por todas as instituições da sociedade, produzidos por meio de uma teia reticular que envolve discursos que se estruturam pela via do saber/poder, e coordenados estrategicamente para estigmatização dos sujeitos e sujeitas que confrontam a normalização e normatização dos corpos.

Do ponto de vista político, o movimento *queer* enfrenta a tendência à normalização levada a cabo pelos próprios movimentos sociais de luta por direitos aos LGBTs. De acordo com Miskolci (2011, p. 38), os *queers* propõem a constituição de uma política sexual mais radical ou não assimilacionista. Por isso, a crítica concentra-se nas tentativas de classificação por padrões

mais universalizantes, problematizando as regras e lógicas que restringem as múltiplas expressões e possibilidades de expressão das sexualidades e performances de gênero.

A mirada acadêmica dos estudos *queer*, segundo Miskolci (2009), tem relação com a interdisciplinaridade dos estudos culturais norte-americanos, a Filosofia e a corrente pós-estruturalista francesa. A crítica, nesse âmbito, tem um fundo epistemológico e centra-se nos modelos interpretativos hegemônicos das ciências sociais para observar fenômenos sociais, tratando a sexualidade como um dado, reforçando o dispositivo de sexualidade tratado por Foucault (2019) e produzindo discurso que se aproxima de uma sexologia atualizada (MISKOLCI, 2009, p. 168). Nas palavras de Sara Salih (2015, p. 34), o que se vê é uma tentativa de “solapar as bases da metafísica ocidental, ao questionar e dissolver as oposições binárias”. Na hierarquização que sustenta as bases do pensamento científico ocidental hegemônico, o ato de conhecer está estruturado sob perspectivas binárias, que incluem a matriz interpretativa que observa o corpo, as sexualidades e as performances de gênero.

Nessa perspectiva, que envolve mais desconstrução de modelos e compreensões universalizantes, sob óticas binárias que orientam o ato de conhecer e interpretar, a questão central para efeitos de análise deste artigo é problematizar a chamada tríade compulsória sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2015), que institui padrões e permissão para existência dos corpos sob um modelo que naturaliza o gênero, baseado em uma perspectiva biológica-essencialista, e institui a heterossexualidade como valor para experienciar e expressar afetos e desejos.

De acordo com Butler (2014, p. 261), o gênero como norma “não equivale a um modelo ao qual os indivíduos tentam se aproximar. Ao contrário, é uma forma de poder social que produz o campo inteligível de sujeitos, e um aparato pelo qual o binarismo de gênero é instituído”.

Repensar a desconstrução do binarismo que institui matrizes para leitura sobre os corpos e questionar a tríade compulsória como estratégia de normatização para a existência dos sujeitos, leva-nos a questionar a cisgeneridade como modelo hegemônico e

totalizante para assujeitar corpos a uma matriz de base heteronormativa. De acordo com Bento (2008), a transgeneridade nada mais é do que uma “experiência identitária” que afronta um “heteroterrorismo nos enunciados”, por desconstruir uma ordem inteligível para existência de corpos articulada no âmbito político e cultural. Nesse caso, os denominados corpos trans são um “desdobramento inevitável de uma ordem de gênero” (BENTO, 2008, p. 19).

A patologização dos corpos trans, expressamente dissidentes a uma norma de gênero compulsória que torna o gênero componente de um corpo biológico e não das subjetividades dos sujeitos, resulta de uma estratégia de gerir e assujeitar essa dissidência a um sistema heteronormativo baseado na tríade compulsória. Esse movimento de tornar corpos dissidentes corpos enfermos, objetos de intervenção baseada em saberes médicos, institui o campo científico como lugar para gerir e controlar as pessoas transexuais, tendo a Ciência funcionando “como aparato discursivo-material da produção físico-corpórea” (PRECIADO, 2018, p. 37).

3 Metodologia e análise de resultados

Através da observação não participante, percorremos um período de coleta de publicações das páginas “Resistência Gay” e “Igreja de Santa Cher na Terra”, por um período de nove meses (junho de 2019 a março de 2020). Vale destacar que a pesquisa teve início com a observação da página “Ativismo Gay Autônomo” entre março e junho de 2019. No entanto, a página foi extinta por incompatibilidade de sua conduta com a política da rede social Facebook, o que fez com que a coleta de dados fosse concentrada nas outras duas páginas. Apesar disso, destacamos apontamentos e inferências sobre o período de monitoramento da página “Ativismo Gay Autônomo”, por entendermos ser significativa para contextualizar a disputa entre grupos LGBTs em torno de sentidos sobre corpo, gênero e sexualidade que caracterizam o conjunto da amostra analisada.

Ao longo dos meses, a observação ocorreu conforme as páginas eram atualizadas pelos administradores. Em resumo, a coleta de dados se deu por meio de *prints*, imagens salvas naquele momento

da discussão entre os internautas. A princípio e durante o tempo de observação, a coleta buscou não só observar os conteúdos postados, mas as reações e comentários que as postagens despertavam na conversação entre os seguidores das páginas.

A partir da coleta de dados, foi possível indicar eixos temáticos sob os quais se organizam os conteúdos postados e os comentários e manifestações dos usuários: *percepções essencialistas de sexo, gênero e sexualidade, dissidência do movimento LGBT, e "gayfobia"*. Os eixos serão apresentados abaixo com interface ao que empiricamente foi destacado da coleta de dados dos espaços virtuais analisados. Antes, é importante caracterizar resumidamente as páginas dos três grupos ativistas analisados.

3.1 Ativismo Gay Autônomo

Criada em 23 de julho de 2016, a página "Ativismo Gay Autônomo" já passou por três modificações em sua nomenclatura, de "Cartazes e Tirinhas LGBT 2.0" para "Movimento LGBT" e desta para "Ativismo Gay". Até o momento de sua repentina extinção, há um ano, a página possuía um público considerável de seguidores, quase chegando aos 40 mil, além do grande número de curtidas que passava dos 36 mil.

A atualização de suas publicações era constante. Em um só dia, a produção de conteúdos era intensa, de duas a quatro publicações postadas em horários diferentes. Outro ponto a ser considerado, inicialmente, era a marcante interatividade dos seguidores com os administradores de "Ativismo Gay Autônomo". Em sua maioria, o público concordava com as concepções da página, havendo poucas discordâncias.

Apesar de "Ativismo Gay Autônomo" ser um espaço virtual voltado, exclusivamente, à defesa de direitos de homens homossexuais, isto é, uma minoria sexual, o mesmo possui uma concepção biológica das sexualidades não muito divergente da ideia de uma heterossexualidade compulsória. Seus administradores acreditam, com veemência, na separação total do movimento LGBT, pois, segundo suas postagens, há uma apropriação política, social e cultural dos outros segmentos em relação aos homens gays, especialmente, por parte de transgêneros e travestis.

Durante a construção deste trabalho, a página foi excluída do espaço virtual. Através da observação não participante, percebeu-se, por meio de seus seguidores, que em 2019, “Ativismo Gay Autônomo” recebia denúncias por transfobia, chegando à extinção, em razão da incompatibilidade de sua conduta com a política da rede social Facebook. Ainda assim, a coleta de materiais durante sua existência serviu de objeto para considerações.

3.2 Resistência Gay

“Resistência Gay” é uma página que compactua muito com as opiniões da anterior. Por esse motivo, muitos seguidores migraram para ela quando “Ativismo Gay Autônomo” foi excluída do ciberespaço. Ela se define de viés partidário, voltada ao empoderamento de homens gays e tem o objetivo principal de resgatar a cultura e história desse segmento.

Criada em 14 de novembro de 2015, seu espaço tem menos público do que a extinta página da qual era simpatizante. “Resistência Gay” possui, aproximadamente, 11 mil seguidores e curtidas, com um intervalo de atualização de postagens que varia de três a quatro dias.

O feedback entre os seguidores é menor, principalmente quando estão em debate questões que envolvem a perspectiva política que orienta a ação comunicativa na página: “perspectiva realista essencialista da orientação sexual, reconhecimento e denúncia da gayfobia”. Além disso, “Resistência Gay” rejeita, implicitamente (e algumas vezes de modo explícito), a nomenclatura “homofobia”, pois, de acordo com ela, o termo exclui o verdadeiro sofrimento de homens gays cisgêneros.

3.3 Igreja de Santa Cher na Terra

“Santa Cher”, como muitos de seus seguidores a chamam, é a única página virtual que tem seu administrador reconhecido nominal e fisicamente. O espaço virtual não se detém do anonimato para alimentá-lo com postagens, diferente das demais. Fundada em 31 de agosto de 2015, a produção de conteúdo da “Igreja de

Santa Cher na Terra” alcança, aproximadamente, 187 mil seguidores e curtidas, com atualizações que variam de dois a três dias.

Uma das primeiras diferenças, se comparado com os outros espaços virtuais analisados, é a não exclusividade da página, no que diz respeito à comunidade LGBT. Por conseguinte, há a presença de uma perspectiva interseccional nas postagens, o que possibilita a identificação dos recortes de classe, raça e gênero para observar a diversidade das expressões e identidades de gênero e sexuais. Além disso, o criador instiga seus seguidores a debater outras formas de violência que não estejam atreladas somente à homofobia, como lesbofobia, bifobia, transfobia, racismo e gordofobia.

A página mescla política, humor e cultura LGBT, com a finalidade de levar, criativamente, informação aos usuários. Mas seu fundador alerta: “e com mau humor também, se for preciso” ao enfatizar que suas publicações também têm a capacidade de gerar conscientização, reflexões e, principalmente, contraposições.

4 Das narrativas e sentidos em disputa

Para efeitos de situar a presente análise, foram identificados três eixos que em doze meses de análise monopolizaram as postagens nas três páginas configuradas como de ativismo gay monitoradas durante a pesquisa. Além de serem consideradas como base de existência da página em sua totalidade, especialmente de “Ativismo Gay Autônomo” e “Resistência Gay”, as *percepções essencialistas de sexo, gênero e sexualidade, a dissidência do movimento LGBT e “gayfobia”* são questões centrais que permeiam postagens, conversações e polêmicas que marcam o funcionamento das páginas, enquanto espaços de engajamento político, social e cultural gay. Apesar de possuir opiniões divergentes, “Igreja de Santa Cher na Terra” funciona sob essa mesma lógica.

Ainda assim, por se tratar de uma análise qualitativa, os eixos centrais e suas ramificações não tiveram suas delimitações. Portanto, ao longo do texto, é possível perceber que uma ramificação, isto é, um texto produzido pelo administrador, uma notícia compartilhada, um conteúdo problematizador, nem sempre se atrai por um único assunto central. Uma notícia que discute

as relações de homofobia e transfobia, por exemplo, pode tratar dos três eixos centrais simultaneamente, por se tratarem de eixos estruturantes. Da mesma forma que a homossexualidade de pessoas transgêneros, algo que será visto adiante, pode ser inserida como tema central em apenas um eixo de discussão.

Na observação comparada entre as três páginas, o que é interessante destacar como constante é a tentativa de diferenciação tendo a cisgeneridade como parâmetro para instituir uma escala que naturaliza a existência política de corpos, fazendo do corpo o território capaz de instituir inteligibilidade para expressão do gênero até para legitimar desejos dissidentes da heteronormatividade. Nas duas páginas de ativismo gay mais conservadoras (a extinta “Ativismo Gay Autônomo” e “Resistência Gay”), a defesa da dissidência e separação dos gays do movimento LGBT, que inclui grupos marcados pela identidade de gênero e não apenas a orientação sexual, é um discurso político potente. Torna-se muito mais simples separar o “G” dos demais acrônimos, inclusive ao se referir em discriminação a ideia da “gayfobia”, do que aceitar a ideia de uma homossexualidade pautada na socialização.

Em sentido contrário, o administrador de “Igreja de Santa Cher na Terra” acredita numa possível socialização da identidade homossexual, pois há recortes suficientes para compreender que sexo, gênero e sexualidade não seguem a lógica dos gêneros inteligíveis (BENTO, 2011a). Se “Ativismo Gay Autônomo” e “Resistência Gay” dizem que não há como ter outras definições da homossexualidade, “Santa Cher” vem para nos dizer que homens trans gays e mulheres trans lésbicas importam para o debate, na medida em que compreende, para além da tríade compulsória sexo-gênero-desejo, as múltiplas possibilidades de interface entre esses três dispositivos.

Num primeiro momento, percebe-se um visível processo de identificação dos seguidores para com as postagens. De um lado, o administrador da página, através do aparato tecnológico, instiga, motiva e desencadeia uma série de discussão na qual acredita e defende. Do outro lado da mensagem, os usuários apreendem o conteúdo e compartilham com demais usuários exatamente porque estes se reconhecem nos *posts*.

4.1 Sobre o eixo de discussão “Percepções essencialistas do sexo, gênero e sexualidade”

Tomemos, por exemplo, o eixo central *Percepções essencialistas do sexo, gênero e sexualidade* presente, majoritariamente, nas duas páginas (“Ativismo Gay Autônomo” e “Resistência Gay”). Quando os administradores de “Ativismo Gay Autônomo” produzem um conteúdo sobre o ato sexual de homens homossexuais cisgêneros ao citar um trecho no qual “sexo gay só existe entre dois pênis, não há sexo gay entre um pênis e uma vagina”, implicitamente (ou de forma evidente dependendo de quem ler), observam-se alguns fenômenos dentro da postagem como a naturalização do desejo, nesse caso, a homossexualidade, a deslegitimação da homossexualidade de homens transgêneros e as concepções biológicas do corpo.

Ora, se o criador da postagem crê na socialização da homossexualidade a partir de genitálias é nítido que, conseqüentemente, ele a invalida se vista de uma perspectiva *queer*, ou melhor, sob o olhar de uma pessoa transgênero. Isso acontece porque a página defende a ideia de sexo, gênero e sexualidade como um tripé indissociável. Não há, nessa situação, a reinvenção do corpo, sexualidade e gênero (BENTO, 2006). Longe disso, tanto o administrador quanto seus seguidores admitem a universalidade e imutabilidade de uma homossexualidade cisgênera.

Seus criadores defendem posicionamentos a partir de identidades que já estão solidificadas no mundo, nesse caso, a heterossexualidade e o poder que esta impõe, embora eles não percebam. Se analisado de forma mais profunda, trata-se, resumidamente, da presença da heteronormatividade em relações não heterossexuais. Veja, a heterossexualidade, enquanto “processo social de regulação e controle” (MISKOLCI, 2009, p. 156), não escolhe apenas sujeitos que se identificam dentro dela, por isso essa atinge a todos, inclusive homossexuais.

A política da heteronormatividade percebe seu objetivo alcançado quando observa que ela existe em outras minorias sexuais, nesse exemplo, a homossexualidade. Finalidade esta que busca incansavelmente, a heterossexualidade de todos os sujeitos. Mas quando isso não é possível, é necessário que suas vidas estejam

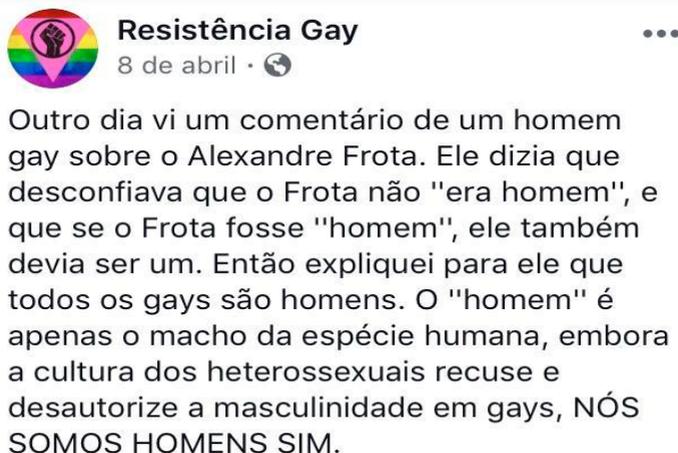
organizadas a partir do “modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p. 157).

Consequentemente, nas palavras de Fernando Seffner (2011), essa posição “nos leva a discriminar outros modos de ser e existir construídos historicamente ao longo da trajetória dos indivíduos LGBT” (SEFFNER, 2011, p. 66), como uma postagem que busca problematizar a homossexualidade de homens transgêneros identificada na página “Ativismo Gay Autônomo”.

Em uma das postagens, só é possível a legitimidade da homossexualidade entre homens transgêneros se o sujeito seguir alguns pré-requisitos: 1) ter um relacionamento e 2) assumi-lo publicamente. Exigências que se aproximam muito do início do movimento homossexual na tentativa de categorizar o desejo e, implicitamente, instituir padrões e normas para experienciá-lo.

a) Seguindo o mesmo raciocínio e, sob o eixo em questão, “Resistência Gay” faz jus a sua definição quando é provocante em algumas postagens. É o caso quando os administradores compartilham um conteúdo de outra página de homens homossexuais, problematizando a masculinidade homo-hétero, ao debater a masculinidade de Alexandre Frota (Figura 1).

Figura 1: Postagem de Resistência Gay



Há uma limitação muito grande da página “Resistência Gay” quando o assunto são os modos de reprodução da masculinidade. Apesar de ela focar na luta pró-homossexualidade em combate, principalmente, à heterossexualidade compulsória, a concepção essencialista e biológica torna-se centro de argumentação tanto dos administradores quanto dos usuários do conteúdo.

No comentário acima, a página é clara em defender a masculinidade de gays, inclusive de afeminados, mas o posicionamento de que “nós somos homens sim” só é sustentado a partir do compartilhamento de uma outra página ao afirmar que para ser homem tudo deve estar devidamente em seu lugar: “testículos, pênis, testosterona, músculos mais desenvolvidos, ossos mais fortes, pelos mais abundantes, órgãos internos”.

Pelo olhar dos estudos *queer*, a reprodução da masculinidade vista nessa postagem acaba gerando dúvidas. Existe um tipo de masculinidade que legitima a própria homossexualidade? “Resistência Gay”, em sua totalidade, tanto administradores quanto seguidores, tem plena consciência dos processos de estigmatização entre homens gays quando o assunto é se expressar masculinamente. Sabem, por exemplo, que homens gays que reproduzem mais feminilidade são mais suscetíveis à discriminação.

Apesar dessas diferenças, a página tem convicção de que é preciso ter esse tipo de masculinidade convencionalizada, um *ethos* masculino baseado na biologia, mesmo que entre eles. Não como uma tentativa de defesa em relação à heterossexualidade compulsória, embora a maioria se sustente nesse argumento, mas como forma de combater uma possível liquidez da identidade homossexual que coloca em questão a cristalização, a solidez dos atributos para definir um homossexual masculino, algo que se choca com a teoria *queer*, já que ela permite pensar a “ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero” (LOURO, 2018, p. 44).

Em outra ramificação, ao causar polêmica na identidade de Thammy Miranda, a extinta “Ativismo Gay Autônomo” movimentou um mutirão de seguidores, com o objetivo de deslegitimar a transgeneridade dele. Um ponto curioso sobre essa postagem (Figura 2) é a reação negativa de alguns internautas, ainda que minoritária. Ao mesmo tempo em que muitos se referem ao Thammy, e de

forma generalista a outros homens trans, como “mulher masculina” e “fêmea hormonizada”, há outros seguidores que defendem sua identidade de gênero, ao corrigir, por exemplo, o pronome de tratamento.

Figura 2: Feedback de Ativismo Gay Autônomo

Seguidor Um:

O Thammy Miranda é homem trans, então é ELE! Só falei isso pq se fomos ver o código genético ainda é uma mulher, então pela lógica são duas e mais pela lógica uma mulher gay. Mas agora é homem trans. 🤔

2 meses Curtir Responder

Seguidor Dois:

Não é gay, muito menos homem. É uma mulher masculinizada que tomou hormônios e mutilou os seios. E na realidade, nesse caso dela, como vocês acreditam nessas coisas ela poderia se encaixar como "homem trans hétero".

2 meses Curtir Responder

Fonte: Ativismo Gay Autônomo (2019)

Se lidas por uma pessoa *queer*, certamente as postagens seriam refutadas, o que é previsível. Mas algo chama a atenção quando em alguns episódios os próprios seguidores não entendem o que de fato a página deseja compartilhar. Em uma notícia com a manchete destacada “Organizaciones LGBT redefinen la homosexualidad a base de ‘identidad de género’”, os administradores contestam a possibilidade de existir uma homossexualidade que não se aprisione ao que determina o sexo biológico.

Em síntese, há uma discordância em relação à notícia, mesmo que pequena, no entanto, geradora de conflito. Quando a postagem diz que “a identidade gay está, intrinsecamente, ligada ao pênis, não há gays sem pênis e não há relacionamento gay entre um pênis e uma vagina”, tudo parece estar resumido a uma fundamentação biológica, isto é, de nascimento até para definir parâmetros para a relação entre homossexuais. Os pré-conceitos ainda continuam constituídos em “modalidades da linguagem falocêntrica” (BUTLER, 2015, p. 33).

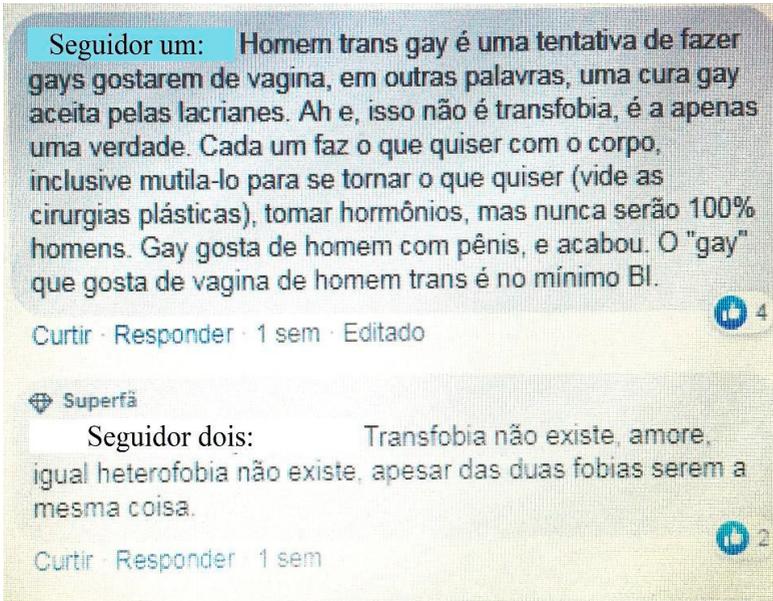
Mas o que ganha destaque nessa situação é a tentativa de isolar a opinião de um seguidor que discorda da maioria. Ao argumentar que “homens trans também são homens e se sentirem atraídos por

homens são gays sim”, a reação é de linchamento virtual, incitado pelo comentário do próprio administrador da página.

A ideia de que uma homossexualidade possa ser reinventada sob perspectivas de identidades subjetivas acaba sendo interpretada pela página “Ativismo Gay Autônomo” como uma espécie de “ideologia de gênero”. Nesse caso, está a apropriação de um discurso produzido por um ativismo conservador de base religiosa para legitimar a defesa de uma dada política sexual no interior de um espaço de ativismo gay.

Alguns seguidores (Figura 3) ainda arriscam dizer que a transgeneridade é a própria “cura gay”.

Figura 3: Interação entre os seguidores de “Ativismo Gay Autônomo”



É perceptível a ideia de que ambas páginas acreditam no sexo e sexualidade como práticas dependentes uma da outra. Obviamente, a questão vai de encontro com a teoria *queer* e ao que Judith Butler (2015) acredita. A teórica questiona:

Podemos referir-nos a um “dado” sexo ou um “dado” gênero, sem primeiro investigar como são dados o sexo e/ou o gênero e por que meios? E o que é, afinal, o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal? [...] Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? (BUTLER, 2015, p.26 e 27).

Se analisado pela visão das páginas “Ativismo Gay Autônomo” e “Resistência Gay”, a resposta à Butler seria objetiva, certa, sem tempo para reflexão. Sim, é ele natural, mas necessariamente anatômico e, especificamente, hormonal. A primeira conclusão que se tira é o não reconhecimento das incertezas das identidades e da natureza subjetiva que cada uma delas tem. Tanto uma quanto a outra possuem a perspectiva da diversidade, inclusive é pauta central na maioria dos conteúdos postados. No entanto, pela história cronológica, constata-se que há uma aproximação muito intensa com o início do tradicional movimento homossexual.

Para eles, o foco é combater a heterossexualidade compulsória, uma luta que se delimita na dualidade homo-hétero dos sujeitos, sem contestar outras formas de controle repressivo, tampouco seu caráter hegemônico. O objetivo, aliás, é estar incluso dentro dessa hegemonia, o que vai de encontro aos entendimentos da teoria *queer*, na sua luta política pela “crítica aos regimes de normalização” (MISKOLCI, 2017, p. 27), sem olhar a qual sexualidade exatamente está se referindo.

Por lógica, isso nos leva à observação de outro eixo central estruturante em “Ativismo Gay Autônomo” e “Resistência Gay”. Se as páginas em questão são, exclusivamente, destinadas aos homens homossexuais cisgêneros e, portanto, não há a presença de alguns recortes sociais, principalmente de gênero, por exemplo, conseqüentemente significa que elas defendem um único movimento separado dos demais segmentos da sigla LGBT.

Como já observado historicamente, conflitos de reivindicações sempre estiveram presentes dentro das pautas do ativismo *queer* e LGBT, principalmente se pensarmos este último a partir de um olhar mais institucionalizado. Em outras palavras, aqueles que “possuem sede própria, vários anos de existência, estrutura legal e uma administração hierarquizada”, ou melhor, movimentos

que “mais acionam e são acionados diretamente pelo Estado” (COLLING, 2015, p.22).

Essa tensão também parece estar presente nas páginas analisadas, seja de modo explícito ou nas entrelinhas. Em um episódio de crítica ao transativismo, “Resistência Gay” mostra dificuldades em compreender a agenda ativista de pessoas transgêneros, ao afirmar que ela obriga gays cisgêneros a se relacionarem afetivamente e sexualmente com pessoas que possuem vagina e, portanto, rejeitam a ideia de que uma homossexualidade possa ser redefinida.

Veja, não é difícil perceber que uma das discussões na postagem trata exatamente de percepções essencialistas da orientação sexual e o gênero, já que a página não reconhece identidades não binárias muito menos legítima a homossexualidade de homens trans, caso que podemos observar em comentários de determinados seguidores como “homens trans não são homens. E muito menos homem trans gay [...] é uma mulher hétero com transtorno de identidade”.

Por outro lado, analisando-se mais especificamente, todas essas problematizações servem de embasamento para defesa de outro eixo central que o administrador e seus seguidores buscam: a separação do movimento gay dos demais segmentos que compõem a sigla. Para os sujeitos que assumem essa ideia, o “L”, o “B” e, principalmente, o “T” fazem parte de um complô contra os direitos já conquistados pelo “G”.

4.2 Sobre o eixo de discussão “A dissidência do movimento LGBT”

A *dissidência do movimento LGBT*, segundo eixo recorrente nas narrativas virtuais, é vista como a única estratégia possível para solucionar os conflitos que existem entre a comunidade gay e os demais segmentos. Para alguns, como o administrador e seguidores da página “Resistência Gay”, há uma intensa apropriação do movimento LGBT na história de luta de homens homossexuais para benefício próprio de outras minorias. Por esse motivo, a página se autodefine como resgatadora da cultura e história do movimento gay, um argumento que facilmente justificaria a dissidência

do movimento como um todo. “Eles [LBT] contribuem para realizar uma faxina cultural na memória da comunidade homossexual”, como diz o trecho de um *post*.

Outro fundamento, que também explicaria a urgente separação do movimento LGBT que a página defende, seria a própria divergência com os estudos e ativismo *queer* no que diz respeito às ressignificações, sobretudo de termos pejorativos e palavrões. Em uma notícia que traz a imagem sobre o “chá revelação” de um homem gay em companhia de sua mãe e pai, vestidos com camisas escrito “mãe de viado” e “pai de viado”, o administrador da página “Resistência Gay” acredita que essas redefinições reforçam “estigmas homofóbicos” com a falsa ideia de empoderamento, enquanto os *queer* veem a ressignificação de xingamentos como forma de combate a todo tipo de discriminação e violência que o sistema repressor provoca.

Seguindo a mesma linha de argumentação, “Ativismo Gay Autônomo” também transparece o desejo de ter um único movimento homossexual ao criticar, ironicamente, a existência de tantos segmentos do grupo LGBT. Algumas respostas à postagem como “meu sonho é que o G abandone logo esse acrônimo irracional e sequestrador das nossas lutas e história” ou “tudo que o gay cria logo tem uma legião de usurpadores querendo tirar proveito” são discursos hegemônicos que acabam sustentando toda a narrativa da página ao defender a dissidência do movimento LGBT.

4.3 Sobre o eixo de discussão “Gayfobia”

Há um eixo central, de todos os que já foram analisados até o momento, que destacamos como importante por constar como tema em espaços de ativismo gay. Não pela recorrência das narrativas nas primeiras páginas, principalmente em “Resistência Gay”, mas pela própria criação da palavra. Não se sabe, de fato, quem cunhou o termo “*Gayfobia*”, no entanto, já é legitimado por toda a página, administradores, seguidores e até mesmo visitantes. Além disso, a expressão é centro de desentendimentos e conflitos com a “Igreja de Santa Cher na Terra”.

De modo geral, tem-se conhecimento, por “Resistência Gay”, da existência do vocábulo “homofobia”, mas todos preferem utilizar a “gayfobia” como toda discriminação direcionada, especificamente, aos homens homossexuais e cisgêneros. Como todos acreditam na apropriação da história e cultura da comunidade gay, a página escolhe uma maneira de buscar diferenciação, inclusive no próprio modo de se referir aos tipos de violências dentro do campo LGBT. A gayfobia é um clássico exemplo disso.

O embate da “*gayfobia*”, analisado aqui como terceiro eixo, é o que mais gera tensões com a terceira página, seja de modo individual, ao problematizar a discriminação de homens gays, ou mesclado aos outros eixos centrais. De toda maneira, é o eixo que mais movimenta as três páginas. Seja na concordância entre “Ativismo Gay Autônomo” e “Resistência Gay” ou nas divergências com “Santa Cher”, ao se falar da relação entre as identidades homossexuais e as transgeneridades.

Durante o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), acerca do enquadramento dos crimes de homofobia e transfobia ao racismo, o episódio se mostrou intensamente polêmico em “Igreja de Santa Cher na Terra” e “Resistência Gay”, até mesmo antes da votação dos ministros, quando ainda se estudava a possibilidade de debate sobre o tema. Meses antes da decisão, em fevereiro de 2019, “Santa Cher”, em uma postagem, já havia alertado: “Só lembrando para os GGGG¹ e para as TERF²: Quando a LGBTfobia for criminalizada, a bifobia e a transfobia de vocês será denunciada na justiça!”

Sabe-se, pelo administrador de “Santa Cher”, que a comunidade LGBT é desunida e, por isso, é preciso que se entendam as relações de poder dentro do próprio movimento. Segundo ele, para resolver os problemas que vêm de fora, antes é necessário traçar estratégias para a solução de fraturas internas. Porém, o *post* citado gera tensão entre os dois administradores das páginas, o que

1 Em linguagem simplória: De gays para gays. Políticas e movimentos que, segundo “Santa Cher”, funcionam apenas para os mesmos. Hoje a sigla GGGG aparece como uma crítica ao movimento homossexual e ao seu intenso caráter falocêntrico ainda presente.

2 Na tradução literal inglesa: Trans-Exclusionary Radical Feminist. Em resumo, é uma linha radical do feminismo baseada na cisgeneridade das mulheres e não em suas experiências. Sobre isso, ver a análise de Beatriz Bagagli (2019).

acaba colocando a agenda política e conservadora em dúvidas sobre a conquista de direitos das minorias sexuais.

Como era previsível, “Resistência Gay” reage ao afirmar que a postagem trata-se de um discurso de ódio do movimento LGBT contra homens homossexuais, uma tentativa que, segundo a página, busca intimidar, silenciar e demonizar a homossexualidade, nesse caso, como os próprios chamam: *gayfobia*. “O que te faz pensar que bissexuais e transgêneros estarão livres de serem denunciados por homofobia?”, questiona diretamente à “Santa Cher”.

Por sua força, *“gayfobia”* acaba atraindo eixos secundários que são imprescindíveis para compreender a narrativa e o conflito entre as páginas. O exemplo mais comum é “olimpíadas de opressão”, uma expressão que num primeiro olhar é adotada por “Resistência Gay”, mas criticada por “Santa Cher”. De forma clara, esse eixo ramificado é visto como uma espécie de competição entre a comunidade LGBT em relação à discriminação e violência. Para “Resistência Gay”, por exemplo, a “corrida das opressões” funciona como uma pirâmide hierárquica a qual é sustentada pelos homens gays e o topo dela é preenchido por travestis, transexuais e transgêneros, já que, segundo ela, é o grupo que mais conquista direitos e detém a maioria dos privilégios.

Figura 4: A Pirâmide Social LGBT



Fonte: Igreja de Santa Cher na Terra (2020)

Em março de 2020, “Igreja de Santa Cher na Terra” postou um conteúdo (Figura 4) sobre as “olimpíadas das opressões” ao afirmar que não se tratava de um campeonato para entender quem possui maior sofrimento dentro das minorias sexuais, mas de uma expressão que, utilizada erroneamente, busca o autorreconhecimento de privilégios dentro da comunidade LGBT. O *post* diz que a pirâmide é baseada no fato de alguns sujeitos LGBT ocuparem posições que são vistas como privilégios. “Além de lutar pelo fim da nossa opressão, precisamos entender que temos um papel essencial na luta de outras pessoas, [...] o de alguém que deve se desconstruir para não oprimir”.

Observe que o topo da pirâmide, de acordo com “Santa Cher”, é preenchido por um homem homossexual, cisgênero e reprodutor da masculinidade que foi imposta quando de seu nascimento. A ponta do “bingo dos oprimidos” é exatamente o motivo para o *feedback* de “Resistência Gay”, segundo a qual, pouco importa em que momento a sociedade vive, “o movimento LGBT e seus representantes de internet continuarão a problematizar os privilégios do gay padrão”.

A página questiona o porquê desse sujeito estar na linha de frente, com o argumento generalizante de que o bissexual branco vive uma vida heteronormativa. “Resistência Gay” acha um tanto cômico o fato da posição do bissexual ser inferior a do homossexual. “Em geral casado com mulher, joga bola com os ‘parça’, toma cerveja com os amigos [...] e usa homossexuais para sexo anônimo, é MENOS privilegiado que um homem gay”. A pergunta implícita que fica é “Por que não eles, ao invés de nós?”.

Tais episódios que colocam em evidência a discussão da “gayfobia”, mostram-se polêmicos não só no conflito entre as duas páginas (“Resistência Gay” e “Igreja de Santa Cher na Terra”) e seus respectivos administradores, mas também entre os que interagem com as postagens, seus seguidores, aqueles que oferecem interatividade nas páginas. Apesar de “Santa Cher” possuir mais que o dobro de seguidores e curtidas em comparação com “Resistência Gay”, em postagens que se percebe o eixo da “gayfobia”, a interação se mostra na mesma intensidade em ambas.

Sabe-se que em alguns conteúdos nem todos estarão dispostos a concordar com a narrativa que sustenta “Igreja de Santa Cher

na Terra". No caso da pirâmide social LGBT, muitos não enxergam os privilégios como um problema, a exemplo de um seguidor que diz "o problema é agir como se fôssemos diferentes, sendo que mais de 80% têm problemas iguais", ao responder o comentário do administrador que indaga a dificuldade de alguns sujeitos homossexuais em fazer recortes de gênero, classe e raça dentro do movimento LGBT.

Da mesma maneira nas postagens de "Resistência Gay". Em seu feedback, por exemplo, o primeiro comentário da postagem é do próprio administrador, ao alertar que comentários discordantes de pessoas não gays e mulheres serão apagados e banidos: "Essa página não existe para dar voz a vocês".

Espaços virtuais como os citados neste trabalho sobrevivem pela existência de uma narrativa que se dá de modo dominante. Porém, ainda que estruturante, em diversos momentos é possível perceber quando os discursos são contraditórios. Não à toa, toda hegemonia possui seu processo contra hegemônico, uma ruptura. Interrupção essa que excluiu "Ativismo Gay Autônomo" do ciberespaço, por exemplo.

Essa fratura, como observado ao longo dos eixos analisados, pode se dar pela discordância de um usuário do conteúdo postado ou na contradição das expressões, caso, por exemplo, de "Resistência Gay", que adota as "olimpíadas das opressões" para sustentar o eixo da "gayfobia", ao mesmo tempo em que a critica quando a terceira página se utiliza do termo.

Ainda que os momentos de ruptura não sejam tão evidentes, eles são necessários para compreender o processo de narrativa das páginas, a lógica que segue seu caminho e seus devidos motivos. São contradições inegáveis, explícitas ou implícitas, no entanto, imprescindíveis para entender um dos pilares da teoria *queer*: a crítica aos discursos hegemônicos que defendem uma identidade universal, imutável, única. Além de mostrar, é claro, que a subjetividade do gênero e da sexualidade não são anormalidades, apenas diferenças.

5 Considerações finais

Na análise empreendida, destacamos que a disputa da (re) constituição de sentidos em torno do corpo e da legitimidade para expressão e vivência da sexualidade e da afirmação da identidade de gênero, é uma constante no interior dos espaços de ativismo e politização sobre uma dada política sexual. Nessa perspectiva, há que se registrar discursos e práticas permeadas de contradições, na medida em que (re)produzem os embates e disputas que vão da ruptura ao assujeitamento de um sistema político-cultural de gestão dos corpos e das subjetividades. Desse embate no interior dos espaços de ativismo gay analisados, o que se tem é uma perspectiva essencialista, que reproduz a tríade compulsória de que o corpo define a performance de gênero e os desejos, mesmo entre sujeitos que, em certa medida, são exilados do sistema estruturado sob essa tríade – o heteronormativo.

O confronto e a disputa de sentidos colocam o corpo como território que legitima as normas de gênero, até mesmo em se tratando de sujeitos dissidentes pela forma de desejar. O embate entre homens gays que reproduzem a lógica binária tendo a cisgeneridade como parâmetro, posiciona-se em sistema hierárquico que tem o gênero como norma de classificação em uma estrutura heteronormativa. Essa perspectiva marca o ativismo que reproduz a tríade compulsória e linear entre sexo, gênero e desejo e a lógica dos gêneros inteligíveis (BENTO, 2011a).

Os corpos trans e a transexualidade são a possibilidade de reorganizar a tríade naturalizada e normatizadora representada pela cisgeneridade, reproduzida como sistema inteligível, inclusive entre os sujeitos homossexuais. Não à toa, o que permeia as conversações nas páginas analisadas são temas que acionam uma concepção de corpo e gênero estruturados por um modelo heteronormativo e reproduzido por homens gays, adeptos de uma percepção essencialista sobre o corpo e o gênero, em contraponto a perspectivas que acionam o modelo de repensar a lógica de gênero a partir da transexualidade.

Os embates e disputas discursivas observadas no monitoramento das páginas de ativismo gay no espaço digital revelam uma nuance que conserva estruturas excludentes entre os próprios

sujeitos destituídos de um lugar no sistema heteronormativo, nesse caso os homens gays. Esses mesmos sujeitos normatizados e regulados por essa mesma estrutura heteronormativa, quando observada a vivência da sexualidade, adotam as mesmas estratégias regulatórias para estigmatizar corpos que subvertem as normas de gênero atreladas a uma concepção essencialista, refém de corpos biológicos como fonte para determinar identidade de gênero.

Portanto, na hierarquia estruturada sob a inteligibilidade dos gêneros, os diferentes, pela ótica da homossexualidade, estão posicionados em uma estrutura hierárquica de gênero essencialista que tem a cisgeneridade como referência. Desse lugar, reproduzem a estigmatização de corpos dissidentes sob as mesmas lógicas e estratégias discursivas (patologização) do sistema hegemônico que detém o poder de hierarquizar e gerir corpos e subjetividades.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. **Revista USP**. São Paulo, n. 86, p. 122-135, junho-agosto 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13818>. Acesso em: 11 novembro 2019.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Discursos transfeministas e feministas radicais**: disputas pela significação da mulher no feminismo. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, agosto 2011a. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S0104026X2011000200016&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 julho 2019.

_____. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro. (Org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011b, p. 79-110. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2260> < Acesso em: 01 março 2019.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**,

Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559- 581, agosto 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017. Acesso em: 28 junho 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, págs. 249-274, jan/jun. 2014. Tradução de Cecília Holtemann. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010483332014000100249&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 15 julho 2019.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre o movimento LGBT e ativismo *queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora e Argos, 2018.

_____. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, jun-dez 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X200100200012&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 08 julho 2019.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3 ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

_____. A teoria *queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517452220090001000008&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 26 junho 2019.

_____. Não somos, queremos – reflexões *queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro. (Org). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011, p. 37-56. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2260> < Acesso em: 16 julho 2019.

_____. Do Desvio às Diferenças. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos-SP, v. 1, ed. 47, p. 9-41, julho/dez. 2005. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/43/36> < Acesso em: 10 novembro 2018.

PELÚCIO, Larissa. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. **Revista Florestan Fernandes**, São Carlos-SP, Dossiê *Queer*, n. 2, p. 26-45. 2014. Disponível em: ><http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/63>< Acesso em: 27 junho 2019.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Revista Sexualidad, Salud y Sociedad**, Centro Latinoamericano en Sexualidad y Derechos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), n. 1, p. 125-157. 2009. Disponível em:><https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/9>< Acesso em: 20 julho 2019.

PRECIADO, Paul B. **Texto Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro 1 ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. 1. ed.; 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SEFFNER, Fernando. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In: COLLING, Leandro. (Org). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011, págs. 57-78. Disponível em: ><https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2260>< Acesso em: 30 julho 2019.